



CÓD: OP-083AB-22
7908403520671

PM-GO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

400 Questões Gabaritadas

CADERNO DE QUESTÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

Prezado candidato, de acordo com o texto a seguir responda as questões 1 e 2.

Posfácio do livro *Rio em Shamas* (2016), de Anderson França, Dinho

Rafael Dragaud

NÃO PIRA! Foi com esse conselho, há cerca de seis anos, que começou minha história com o Dinho. Colaborávamos na mesma instituição social e vez ou outra nos esbarrávamos numa reunião, ele sempre ostensivamente calado. Por algum motivo da ordem do encosto, no sentimento macumbeirístico mesmo, ou cumplicidade de gordos, vimos um no outro um elo possível de troca.

Ele então começou a me enviar milhões de textos que eram uma mistura frenética de sonhos, pseudorroteiros cinematográficos, pedidos de desculpas, posts-denúncias, listas de exigências de sequestrador, tudo num fluxo insano de criação, que ele mesmo dizia que um dia iria sufocá-lo de vez — o que me fez proferir o dito conselho.

O fato é que um dia passei em frente ao notebook dele e lá estava a tela quase inteiramente coberta de post-its, todos iguais, escritos: NÃO PIRA. E ele então me confidenciou: Cara, você resolveu minha vida. Eu só não posso pirar! É isso!

Esse episódio obviamente fala muito mais sobre essa característica de esponja afetointelectual dele do que sobre alguma qualidade do meu conselho. E foi sendo assim, esponja que se enche e se comprime (deixando desaguar seus textos em redes sociais), que foi surgindo um escritor muito especial. Especial não pra mãe dele ou pra Su (a santa), mas para a cidade do Rio de Janeiro.

Com uma voz e um estilo absolutamente singulares, Dinho flerta com a narrativa do fluxo do pensamento, o que poderia gerar textos apenas egoicos e herméticos, eventualmente mais valiosos pra ele do que para o leitor. Mas sei lá como, seus textos conciliam esse jeitão com uma relevância quase política, pois jogam luz sobre partes da cidade que merecem ser mais vistas, mais percebidas, e até mesmo mais problematizadas.

Dinho “vê coisas”. E, conseqüentemente, tem o que dizer. Não só sobre o subúrbio, suas ruas, seus personagens e seus modos, numa linhagem Antônio Maria ou João do Rio, mas muitas vezes também sobre bairros já enjoativos, de tão submersos em clichês, como o tão adorado-odiado Leblon. Seu “olhar de estrangeiro” revela estranhas entranhas da Zona Sul do Rio de Janeiro. O fato é que, com este livro, a cidade fica muito maior, mais plural e conseqüentemente mais justa.

Espero que este seja apenas o primeiro de uma série. Se é que posso dar mais algum conselho, o único que me

ocorre ao vê-lo escrevendo hoje em dia é: NÃO PARE!
FRANÇA, Anderson. *Rio em Shamas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

1.(AOC - 2020 - MJSP - CIENTISTA DE DADOS - BIG DATA)

Sobre o uso das aspas no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “olhar de estrangeiro”, as aspas indicam que se trata de uma citação.
- (B) Em “olhar de estrangeiro”, as aspas indicam que Dinho não é de fato um estrangeiro no Brasil.
- (C) Em “olhar de estrangeiro” as aspas sinalizam que a expressão é um estrangeirismo.
- (D) Em “vê coisas”, as aspas sinalizam que a expressão é uma gíria.
- (E) Em “vê coisas”, as aspas indicam que as coisas vistas por Dinho são da ordem do sobrenatural.

2.(AOC - 2020 - MJSP - CIENTISTA DE DADOS - BIG DATA)

A respeito da colocação pronominal no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “E foi sendo assim, esponja que se enche e se comprime [...]”, o item em destaque pode ser colocado tanto antes quanto depois do verbo “encher”.
- (B) Em “Ele então começou a me enviar milhões de textos [...]”, o item em destaque não pode ser posicionado depois do verbo “enviar”.
- (C) Em “[...] ele mesmo dizia que um dia iria sufocá-lo de vez — o que me fez proferir o dito conselho.”, os itens em destaque apresentam a mesma colocação.
- (D) Em “E ele então me me confidenciou [...]”, o item em destaque não pode ser colocado depois do verbo “confidenciou”.
- (E) Em “Se é que posso dar mais algum conselho, o único que me ocorre ao vê-lo escrevendo hoje em dia é [...]”, os itens em destaque apresentam a mesma colocação.

3.(AOC - 2020 - MJSP - ANALISTA DE GOVERNANÇA DE DADOS - BIG DATA)

O cinzeiro

Mário Viana

Procura-se um martelinho de ouro. Aceitam-se indicações de profissionais pacientes e com certa delicadeza para restaurar um cinzeiro que está na família há mais de cinco décadas. Não se trata de joia de valor financeiro incalculável, mas de uma peça que teve seus momentos úteis nos tempos em que muita gente fumava. Hoje, é apenas o símbolo de uma época.

Arredondado e de alumínio, o cinzeiro chegou lá em casa porque meu pai o ganhara de presente de seu patrão, o empresário Baby Pignatari – como ficou mais conhecido o napolitano Francisco Matarazzo Pignatari (1917- 1977). Baby misturou na mesma medida as ousadias de industrial com as estripulias de playboy. No corpo do cinzeiro destaca-se um “P” todo trabalhado em relevo.

Nunca soube direito se meu pai ganhou o cinzeiro das mãos de Baby ou de sua mulher, a dona Ira – era assim que a princesa e socialite italiana Ira von Furstenberg era conhecida lá em casa. Só muitos anos depois, já adulto e jornalista formado, descobri a linha de nobreza que fazia de dona Ira um celebritade internacional.

[...]

Pois esse objeto que já passou pelas mãos de uma princesa – italiana, mas *princesa*, que diacho – despencou outro dia do 12º andar até o térreo. Amassou, coitado. A tampa giratória ficou toda prejudicada e o botão de borracha que era pressionado também foi para o devido bebeléu.

Mesmo assim, não acredito em perda total. Tenho fé em que um bom desamassador dê um jeito e devolva o cinzeiro, se não a seus dias de glória, pelo menos a uma aparência menos miserável. É o símbolo de uma trajetória, afinal de contas, há que respeitar isso.

Praticamente aposentado – a maioria dos meus amigos e eu deixamos de fumar –, o cinzeiro ocupava lugar de destaque na *memorabilia* do meu hipotético museu pessoal. Aquele que todos nós criamos em nosso pensamento mais secreto, com um acervo repleto de pequenos objetos desimportantes para o mundo.

Cabem nessa vitrine imaginária o primeiro livro sério que ganhamos, com a capa rasgada e meio desmontado; o chaveiro que alguém especial trouxe de um rolê mochileiro pelos Andes; o LP com dedicatória de outro alguém ainda mais especial; uma caneca comprada na Disney; o calção usado aos 2 anos de idade... e o velho cinzeiro carente de reparo.

Adaptado de: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/mario-viana-ocinzeiro/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

Em relação aos excertos “[...] um cinzeiro que está na família há mais de cinco décadas.” e “É o símbolo de uma trajetória, afinal de contas, há que respeitar isso.”, assinale a alternativa correta.

- (A) Em ambas as ocorrências, “há” possui o mesmo significado.
- (B) Na primeira ocorrência, “há” expressa sentido de futuro.
- (C) Na primeira ocorrência, “há” poderia ser substituído por “a” sem que isso causasse prejuízo sintático ou semântico ao período.
- (D) Na segunda ocorrência, “há” tem um sentido de obrigação, equivalente a “tem”.
- (E) Na primeira ocorrência, o sujeito de “há” é o substantivo “cinzeiro”.

4.(AOCP - 2018 - UNIR - ARQUIVISTA)

Estudo que avaliou a vida de 165 mil pessoas chegou a uma conclusão surpreendente: é na velhice que estamos mais satisfeitos com nós mesmos

Quando você era jovem e achava que tinha o mundo nas mãos, talvez sua autoestima fosse boa. Mas, acredite, ela só estará no topo quando você estiver na melhor idade, aos 60. Pelo menos é o que diz um novo estudo feito por cientistas da Universidade de Berna, na Suíça. E eles garantem: esse sentimento pode permanecer no auge por uma década inteira.

Com a pesquisa, os cientistas queriam investigar a trajetória da autoestima ao longo da vida. Eles descobriram que esse sentimento começa a se elevar entre 4 e 11 anos de idade, à medida que as crianças se desenvolvem social e cognitivamente – e ganham algum senso de independência. Os níveis, então, se estabilizam à medida que a adolescência começa, dos 11 aos 15 anos.

Isso é surpreendente, pois o senso comum afirma que a auto-estima cai durante a adolescência. “Essa impressão acontece devido a mudanças na puberdade e maior ênfase na comparação social na escola”, diz Ulrich Orth, autor do estudo, mas, na prática, não é o que acontece.

Segundo os pesquisadores, a autoestima se mantém estável até a metade da adolescência. Depois disso, ela tende a aumentar significativamente até os 30 anos. Após a faixa dos 30 podem até existir oscilações, mas o sentimento de autoconfiança tende a crescer. Quando os 60 chegam, a autoestima alcança o seu auge – e permanece assim até os 70 anos.

Mas, quem tem a sorte de chegar até os 70 pode sentir sua autoestima baixar. Os pesquisadores afirmam que esse sentimento declina drasticamente dos 70 aos 90 anos. “Essa idade frequentemente envolve perda de papéis sociais e, possivelmente, viuvez, fatores que podem ameaçar a autoestima”, explica o autor. “Além disso, o envelhecimento muitas vezes leva a mudanças negativas em outras possíveis fontes de autoestima, como habilidades cognitivas e saúde.”

Toda essa análise se baseou em 191 artigos científicos sobre autoestima, que incluíam dados de quase 165 mil pessoas. Os cientistas conseguiram, com esse estudo, apresentar uma visão bem abrangente sobre como essa auto percepção muda com a idade – por isso optaram por diferentes grupos demográficos e faixas etárias.

Na cultura de hoje, que é quase obcecada pela juventude, muitos temem o envelhecimento. Mas, segundo a pesquisa, uns aninhos a mais podem fazer bem para sua autopercepção.

Por Ingrid Luisa

access_time 24 ago 2018, 18h02

Disponível em <<https://super.abril.com.br/ciencia/saiba-em-que-idade-a-sua-autoestima-esta-no-topo-e-nao-e-aos-17/>>

DIREITO PENAL

1. (Instituto AACP - Delegado de Polícia Civil (PC PA)/2021)

De acordo com o autor alemão Jakobs, o direito penal do inimigo pode ser caracterizado por quais elementos?

- (A) Punição retrospectiva; desproporcionalidade das penas; e relativização ou supressão de garantias processuais.
- (B) Punição retrospectiva; proporcionalidade das penas; e relativização ou supressão de garantias processuais.
- (C) Punição prospectiva; desproporcionalidade das penas; e relativização ou supressão de garantias processuais.
- (D) Punição contemporânea; desproporcionalidade das penas; e relativização ou supressão de garantias processuais.
- (E) Punição prospectiva; proporcionalidade das penas; e relativização ou supressão de garantias processuais.

2. (Instituto AACP - Delegado de Polícia Civil (PC PA)/2021)

No tocante ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direito Penal (art. 62, §1º, I, alínea b, CF). Nada obstante, o STF firmou jurisprudência no sentido de que as medidas provisórias podem ser utilizadas na esfera penal, desde que benéficas ao agente.
- (B) O fundamento político do princípio da reserva legal revela a aceitação pelo povo, representado pelo Congresso Nacional, da opção legislativa no âmbito criminal.
- (C) Com a evolução da sociedade e a modificação dos seus valores, determinados comportamentos, inicialmente típicos, podem deixar de interessar ao Direito Penal. Nesse caso, pode-se afirmar que ocorreu a chamada desmaterialização (liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.
- (D) O princípio da fragmentariedade se projeta no plano concreto, isto é, em sua atuação prática, o Direito Penal somente se legitima quando os demais meios disponíveis já tiverem sido empregados, sem sucesso, para proteção do bem jurídico.
- (E) A primeira manifestação do princípio da personalidade da pena no Brasil ocorreu já no período republicano, com o advento do Código Penal de 1890.

3. (Instituto AACP - Delegado de Polícia Civil (PC PA)/2021)

Em relação ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A criminalização primária possui duas características: seletividade e vulnerabilidade, as quais guardam íntima relação com o movimento criminológico do *labeling approach*.
- (B) Consoante a jurisprudência do STF, é aplicável o princípio da insignificância ao crime de moeda falsa, desde que seja de pequena monta o valor posto em circulação.
- (C) A Política Criminal preocupa-se com os aspectos sintomáticos, individuais e sociais do crime e da criminalidade, isto é, aborda cientificamente os fatores que podem conduzir o homem ao crime.
- (D) As fontes de conhecimento são os órgãos constitucionalmente encarregados de elaborar o Direito Penal. No Brasil, essa tarefa é exercida precipuamente pela União e, excepcionalmente, pelos Estados membros.
- (E) Em homenagem ao princípio da reserva legal (art. 5º, XXXIX, CF), os tratados e as convenções internacionais não podem criar crimes nem cominar penas, ainda que já tenham sido internalizados pelo Brasil.

4. (Instituto AACP - Investigador de Polícia Civil (PC PA)/2021)

No tocante aos princípios de Direito Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Se de um lado o princípio da proporcionalidade impõe a proibição do excesso, de outro lado esse postulado também impede a proteção insuficiente de bens jurídicos, pois não tolera a punição abaixo da medida correta.
- (B) A afirmativa: “a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial” é justificada pelo princípio do *ne bis in idem*.
- (C) Consoante a jurisprudência, para a incidência do princípio da insignificância, devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, tais como, a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada.
- (D) A vedação do *bis in idem* impede a imputação ao agente de um crime (e de uma nova ação penal), cometido no contexto fático de outro delito, o qual era desconhecido na ação penal a este correspondente.
- (E) A criminalidade de bagatela imprópria possui natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade.

5. (Instituto AOCP - Escrivão de Polícia Civil (PC PA)/2021)

Em relação ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme entendimento sumulado do STJ, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- (B) Criado por Claus Roxin, o princípio da alteridade sustenta que todo aquele que atende adequadamente ao cuidado objetivamente exigido pode confiar no fato de que os demais coparticipantes da mesma atividade também operam cuidadosamente.
- (C) Em relação ao tempo do crime, o Código Penal adota a teoria da ubiquidade.
- (D) Os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- (E) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída até a metade.

6. (Instituto AOCP - Escrivão de Polícia Civil (PC PA)/2021)

Acerca dos princípios de Direito Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O postulado da intranscendência impede que sanções e restrições de ordem jurídica superem a dimensão estritamente pessoal do infrator.
- (B) Segundo o princípio da subsidiariedade, a atuação do Direito Penal é cabível unicamente quando os outros ramos do Direito e os demais meios estatais de controle social tiverem se revelado impotentes para o controle da ordem pública.
- (C) O princípio da proporcionalidade possui três destinatários: o legislador (proporcionalidade abstrata), o juiz da ação penal (proporcionalidade concreta) e os órgãos da execução penal (proporcionalidade executória).
- (D) A impossibilidade de punição da autolesão se justifica pelo caráter fragmentário do Direito Penal.
- (E) O princípio da adequação social consubstancia-se em causa supralegal de exclusão da tipicidade, haja vista que não pode ser considerado criminoso o comportamento humano que, embora tipificado em lei, não afronta o sentimento social de justiça.

7. (Instituto AOCP - Agente (ITEP RN)/Técnico Forense/2021)

O princípio da insignificância constitui causa de

- (A) exclusão da tipicidade.
- (B) exclusão da ilicitude.
- (C) exclusão da culpabilidade.
- (D) extinção da punibilidade.
- (E) extinção da pena.

8. (Instituto AOCP - Investigador de Polícia Civil (PC PA)/2021)

Referente ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (B) Consoante a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é possível a combinação de leis penais (*lex tertia*), desde que se favorável ao réu.
- (C) Não há de se falar em *abolitio criminis* nas hipóteses em que, nada obstante à revogação formal do tipo penal, o fato criminoso passa a ser disciplinado perante dispositivo legal diverso. Nesses casos, verifica-se a incidência do princípio da consunção normativa.
- (D) Os prazos de natureza penal são improrrogáveis, salvo se terminarem em sábados, domingos ou feriados, hipóteses em que serão prorrogados até o primeiro dia útil que se seguir.
- (E) Caracteriza-se o crime impossível por impropriedade absoluta do objeto quando o meio de execução utilizado pelo agente é, por sua natureza ou essência, incapaz de produzir o resultado.

9. (Instituto AOCP - Investigador de Polícia Civil (PC PA)/2021)

André cumpre pena em estabelecimento prisional em razão de condenação transitada em julgado pela prática do crime de peculato. Carlos, já condenado em primeira instância, responde em liberdade, em grau de recurso, perante o Tribunal de Justiça do Pará, pela suposta prática do crime de peculato. Advém que entrou em vigor nova lei penal que extirpou do ordenamento jurídico o crime de peculato, ocorrendo a *abolitio criminis*. Considerando as situações hipotéticas narradas, assinale a alternativa correta.

- (A) A inovação legislativa não poderá beneficiar André e Carlos, haja vista que não estava em vigor na data dos fatos.
- (B) A *abolitio criminis* beneficiará Carlos, mas não poderá ser aplicada a André, pois, nesse caso, já ocorreu o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (C) A *abolitio criminis* beneficiará André e Carlos, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e civis da sentença penal condenatória.
- (D) A nova lei penal beneficiará André e Carlos e será aplicada, em ambos os casos, pelo juiz natural de 1º grau competente no caso concreto.
- (E) A *abolitio criminis* beneficiará André e Carlos, sendo que, para este, será aplicada pelo Tribunal de Justiça do Pará e, para aquele, tal mister compete ao Juízo das execuções.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (AOCP - 2016 - CÂMARA DE RIO SUL - SC - TÉCNICO LEGISLATIVO - ÁREA LEGISLATIVA)

De acordo com a Constituição Federal, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei,

(A) devendo submetê-las, no prazo de 90 dias, ao Congresso Nacional, sendo que sua votação será iniciada no Senado Federal.

(B) sendo dispensável a apreciação do Congresso Nacional.

(C) devendo submetê-las, no prazo de 90 dias, ao Senado Federal, sendo dispensável a apreciação pela Câmara dos Deputados.

(D) devendo submetê-las, no prazo máximo de 120 dias, ao Congresso Nacional, sendo que sua votação será iniciada no Senado Federal.

(E) devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, sendo que sua votação será iniciada na Câmara dos Deputados.

2. (AOCP - 2016 - CÂMARA DE RIO SUL - SC - TÉCNICO LEGISLATIVO - ÁREA LEGISLATIVA)

De acordo com a Constituição Federal, as leis que fixam ou modificam os efetivos das Forças Armadas são de iniciativa

(A) privativa do Procurador-Geral da República.

(B) exclusiva do Procurador-Geral da República.

(C) privativa do Presidente da República.

(D) privativa do Supremo Tribunal Federal.

(E) exclusiva do Ministro da Defesa.

3. (AOCP - 2016 - CÂMARA DE RIO SUL - SC - TÉCNICO LEGISLATIVO - ÁREA LEGISLATIVA)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal, acerca da Nacionalidade, assinale a alternativa correta.

(A) São brasileiros naturalizados os nascidos na República Federativa do Brasil, de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

(B) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(C) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

(D) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(E) São brasileiros naturalizados os estrangeiros, originários de países de Língua Portuguesa, com residência no Brasil há mais de seis meses ininterruptos e que tenham idoneidade moral.

4. (AOCP - 2013 - COREN-SC - ADMINISTRADOR)

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, até a emenda constitucional nº 67 de 22 de dezembro de 2010, no título III – da organização do estado, capítulo VII – da administração pública, seção II – dos servidores públicos, artigo 39. a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal que terá a seguinte composição:

(A) Cidadãos civis de órgãos de classe de trabalhadores e patronal e servidores indicados pelo poder executivo.

(B) Servidores designados pelos respectivos poderes e cidadãos civis e militares.

(C) Servidores designados pelos poderes executivo, legislativo e judiciário.

(D) Servidores designados pelos respectivos poderes e representantes de órgãos de classe trabalhadora.

(E) Servidores designados pelos respectivos poderes.

5. (AOCP - 2013 - COREN-SC - ADMINISTRADOR)

Conforme o título I – dos princípios fundamentais, em seu art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito. No Capítulo VII – da administração pública, observa-se na seção I as disposições gerais e no seu art. 37 diz respeito à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim, considerando os artigos 1º e 37º mencionados, pode-se afirmar que a administração pública, exercida em estado democrático de direito e visando a consecução dos objetivos fundamentais previstos no artigo 3º da constituição, obedecerá aos seguintes princípios fundamentais e específicos, além de outros:

(A) Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

(B) Soberania, cidadania, ordem, equidade, iniciativa, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(C) Disciplina, interesse geral, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(D) Disciplina, cidadania, ordem, equidade, iniciativa, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(E) Disciplina, soberania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e livre iniciativa, pluralismo político, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6. (AOCP - 2013 - COREN-SC - ADVOGADO) Assinale a alternativa correta. Compete privativamente à União legislar sobre

(A) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

(B) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

(C) educação, cultura, ensino e desporto.

(D) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

(E) procedimentos em matéria processual.

7. (AOCP - 2013 - COREN-SC - Advogado) Em relação aos direitos políticos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

II. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.

III. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

IV. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

(A) Apenas I e III.

(B) Apenas II e III.

(C) Apenas I e IV.

(D) Apenas I, II e IV.

(E) I, II, III e IV.

8. (AOCP - 2017 - CÂMARA DE MARINGÁ- PR) Em relação aos servidores públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). I. A limitação da carga horária semanal, para servidores públicos profissionais de saúde que acumulam cargos, deve ser de 60 horas semanais. II. O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. III. É legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista.

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e II.

(E) I, II e III.

9. (AOCP - 2019 - PREFEITURA DE JOÃO PESSOA - PB) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca do Sistema Único de Saúde, assinale a alternativa que corresponda a uma diretriz a ser observada em sua organização.

(A) Descentralização, com direção única a cargo do Governo Federal.

(B) Centralização, com direção conjunta de cada esfera de governo.

(C) Participação da Comunidade.

(D) Atendimento integral, com prioridade para as atividades paliativas e de urgência, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

10. (AOCP - 2017 - CÂMARA DE MARINGÁ- PR) A Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, inseriu e alterou normas da Constituição brasileira. Assinale a alternativa que NÃO apresenta inserções/alterações decorrentes dessa Emenda.

(A) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

(B) O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

(C) É vedado aos juízes dedicarem-se à atividades político-partidárias.

(D) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

(E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (INSTITUTO AOCP - AGENTE (ITEP RN)/TÉCNICO FORENSE/2021)

São princípios processuais penais, EXCETO

- (A) presunção de inocência.
- (B) *nemo tenetur se detegere*.
- (C) *in dubio pro reo*.
- (D) contraditório.
- (E) anterioridade.

2. (INSTITUTO AOCP - ASSISTENTE TÉCNICO FORENSE (ITEP RN)/DIREITO/2021)

Em relação ao processo penal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Em decorrência do princípio da busca da verdade, no sistema inquisitorial, o acusado não é sujeito de direitos, sendo tratado como mero objeto do processo, daí por que se admite inclusive a tortura como meio de se obter a verdade absoluta.

() Do princípio da presunção de inocência (ou presunção de não culpabilidade) derivam duas regras fundamentais: a regra probatória e a regra de tratamento.

() O contraditório consiste na necessária informação às partes (direito à informação) e na possível reação a atos desfavoráveis (direito de participação).

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

3. (INSTITUTO AOCP - INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei processual penal veda expressamente o uso de interpretação extensiva e, analógica.
- (B) O princípio processual penal da territorialidade é regra que assegura a soberania nacional, pois não convém ao Estado brasileiro aplicar normas procedimentais estrangeiras para apurar e punir um delito ocorrido dentro do território brasileiro.
- (C) A nova lei processual penal não se aplica desde logo, mas aguarda o término do processo já instaurado.
- (D) O processo penal rege-se em todo o território brasileiro, excetuados os Territórios da União.
- (E) O processo penal terá estrutura inquisitória, permitida a iniciativa do juiz na fase de investigação.

4. (INSTITUTO AOCP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

No que se refere às disposições preliminares do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- (B) Os processos de competência da Justiça Militar são regidos pelo Código de Processo Penal comum.
- (C) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, tornando prejudicada a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (D) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva, sem aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- (E) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, em soberania aos tratados, às convenções e às regras de direito internacional.

5. (INSTITUTO AOCP - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

Analise a seguinte situação hipotética: Por intermédio do noticiário televisivo, Fulano soube que estaria sendo investigado por envolvimento em crimes de fraude à licitação na compra de equipamentos para a Prefeitura de Belém-PA. Cautelosamente, decidiu contratar um advogado para acessar os autos de inquérito policial. Munido de competente procuração, seu procurador se dirige à Delegacia de Polícia para ter vista dos autos da investigação e o servidor que o atende nega acesso ao procedimento, por conveniência policial. A atitude do servidor é

- (A) correta, pois o sistema investigativo tem discricionariedade para manter-se hígido em relação a interesses privados.
- (B) equivocada, pois todo inquérito policial deve ser público e acessível a qualquer do povo.
- (C) correta, pois o princípio constitucional administrativo da publicidade não se aplica ao inquérito policial.
- (D) equivocada, pois o advogado é indispensável para a administração da segurança pública e da seguridade social.
- (E) equivocada, pois é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

6. (INSTITUTO AOCP - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

Beltrano, delegado de polícia em Marabá-PA, testemunhou visualmente um roubo tentado contra uma vítima que dirigia seu veículo em uma das avenidas mais movimentadas da municipalidade. O agressor não conseguiu subtrair qualquer bem, pois a vítima acelerou seu automóvel e empreendeu fuga. Não vislumbrando importância no fato, nem visualizando dano à sociedade, Beltrano mantém-se inerte. Considerando a situação hipotética sobre a conduta desse delegado, é **correto** afirmar que ela

- (A) fere o princípio da indisponibilidade, uma vez que a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito policial discricionariamente.
- (B) fere a oficiosidade inerente à função do cargo, vez que, em crimes de ação penal pública incondicionada, como é o roubo, a autoridade policial tem o dever de ofício de proceder à apuração do fato delitivo.
- (C) assegura a autoritariedade do inquérito policial, pois o procedimento é presidido pelo delegado de polícia, responsável pelo andamento das diligências.
- (D) assegura a voluntariedade da jurisdição penal, uma vez que a vítima do roubo tentado não procurou a autoridade policial para reclamar do fato criminoso.
- (E) assegura o sistema inquisitivo de persecução penal, já que a autoridade policial não necessita de impulsão externa para agir e pode, dentro de suas competências funcionais, avaliar a conveniência da instauração de inquérito policial.

7. (INSTITUTO AOCP - INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

Sobre as regras legais do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) A lavratura de boletim de ocorrência pelo ofendido não é meio hábil para iniciar o inquérito policial.
- (B) A autoridade policial não poderá mandar instaurar inquérito após comunicação verbal de suposto crime feita por pessoa do povo.
- (C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, só caberá recurso para o governador.
- (D) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser iniciado sem a própria representação.
- (E) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

8. (INSTITUTO AOCP - INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

De acordo com as normas processuais penais vigentes no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial que tramitar perante a Justiça Estadual deve ser concluído em trinta dias caso o investigado esteja solto, podendo ser prorrogado após decisão do magistrado responsável.
- (B) Não se tramitam inquéritos policiais perante a Justiça Federal.
- (C) De acordo com a Lei de Tóxicos, o inquérito policial que apura o crime de tráfico de entorpecentes tem os mesmos prazos de conclusão previstos no Código de Processo Penal.
- (D) Se o investigado estiver preso, o prazo de conclusão do inquérito policial será o mesmo de quando ele estiver solto.
- (E) Nos crimes contra a economia popular, o prazo para conclusão do inquérito é de cem dias caso o investigado esteja preso.

9. (INSTITUTO AOCP - INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

Tencionando apurar um suposto crime de estelionato, Fulano consulta-se com um advogado para iniciar uma investigação a respeito. Diante dessa situação hipotética, as opções de Fulano são:

- (A) lavrar um boletim de ocorrência no Fórum de Justiça ou protocolar uma notícia de crime na Defensoria Pública.
- (B) prender em flagrante a pessoa suspeita e conduzi-la coercitivamente à Delegacia de Polícia.
- (C) solicitar determinação verbal do magistrado corregedor da comarca para que se instaure o inquérito de ofício.
- (D) ajuizar ação de medida cautelar preparatória para, em seguida, oferecer denúncia criminal direta.
- (E) lavrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia ou protocolar uma petição de notícia de crime na mesma repartição ou diretamente no Ministério Público.

10. (INSTITUTO AOCP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL (PC PA)/2021)

Em se tratando do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito policial regido no Código de Processo Penal também pode ser presidido pela autoridade tributária.
- (B) A natureza do inquérito policial brasileiro é acusatória, sendo válido o direito ao contraditório.
- (C) A parte que for vítima de eventual ato ilícito não pode apresentar notícia de crime diretamente à delegacia por meio de advogado privado.

DIREITO ADMINISTRATIVO**1. (INSTITUTO AOCP - ANALISTA (FUNPRESP-JUD)/ SECRETARIADO EXECUTIVO/2021)**

Acerca do direito administrativo, julgue o item a seguir.

Uma das características do Direito Administrativo é o fato de ser ele concretizador da Constituição, porque é por meio da legislação, da doutrina e da jurisprudência do Direito Administrativo que se dá efetividade a preceitos constitucionais.

- CERTO
 ERRADO

2. (INSTITUTO AOCP - AGENTE (ITEP RN)/TÉCNICO FORENSE/2021)

Assinale a alternativa correta conforme o Direito Administrativo.

- (A) Na acepção objetiva, o termo governo consiste na cúpula diretiva do Estado responsável pela condução das atividades estatais.
(B) A função típica do Poder Judiciário consiste na defesa concreta dos interesses públicos, sempre atuando dentro dos limites da lei.
(C) O Poder Executivo, ao editar Medidas Provisórias, exerce sua função típica administrativa.
(D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
(E) A autoexecutoriedade e a coercibilidade dos atos administrativos caracterizam exemplos de prerrogativas decorrentes do princípio da eficiência.

3. (INSTITUTO AOCP - ANALISTA (FUNPRESP-JUD)/ CONFORMIDADE/2021)

No que se refere aos Princípios da Administração Pública, julgue o item a seguir.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, isonomia, moralidade, publicidade e eficácia.

- CERTO
 ERRADO

4. (INSTITUTO AOCP - ANALISTA (FUNPRESP-JUD)/ CONFORMIDADE/2021)

No que se refere aos Princípios da Administração Pública, julgue o item a seguir.

Segundo o princípio da legalidade, o administrador público está preso à lei e sua atuação deve ser confrontada com a legislação em vigor e, se a Constituição Federal não tratar diretamente do assunto, deve haver outro ato normativo capaz de respaldar o ato praticado.

- CERTO
 ERRADO

5. (INSTITUTO AOCP - ANALISTA (FUNPRESP-JUD)/ CONFORMIDADE/2021)

No que se refere aos Princípios da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O princípio da moralidade consiste em não se limitar apenas em cumprir a lei no seu aspecto formal. Além disso, deve obedecer ao conjunto de valores inerentes aos seres humanos, como a justiça, a equidade e a eficiência.

- CERTO
 ERRADO

6. (INSTITUTO AOCP - ASSISTENTE (PREF NOVO HAMBURGO)/FISCALIZAÇÃO/2020)

A administração pública é orientada por uma série de princípios implícitos e explícitos que vinculam os seus agentes nas suas diferentes esferas. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, da segurança jurídica e da moralidade, e pode prescindir da eficiência para garanti-los.
(B) Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade não devem ser observados na prática de atos administrativos que importem na aplicação de sanções, posto que, nesse caso, somente o princípio da estrita legalidade deve ser observado.
(C) O princípio da impessoalidade é aplicável somente a agentes públicos concursados, sendo que os ocupantes de cargos eletivos e políticos não estão obrigados à sua observância.
(D) O princípio da moralidade não torna inconstitucional a concessão de benefícios em caráter gracioso e vitalício a ex-agentes públicos.
(E) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

7. (INSTITUTO AOCP - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS (PREF BETIM)/2020)

Acerca do princípio administrativo da autotutela, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse princípio permite à Administração Pública a revisão de seus atos, seja por vícios de ilegalidade (invalidação), seja por motivos de conveniência e oportunidade (revogação).
- (B) A autotutela repele e abomina favoritismos e restrições indevidas, exigindo tratamento equânime e marcado pela neutralidade, proibindo que o agente público utilize seu cargo para a satisfação de interesses pessoais.
- (C) Esse princípio exige que a ação da administração seja ética e respeite os valores jurídicos e morais.
- (D) A autotutela exige que a atuação do Poder Público seja transparente, com informações acessíveis à sociedade.
- (E) Segundo tal princípio, os atos administrativos se revestem de uma presunção relativa de que são praticados legitimamente, de acordo com as normas jurídicas.

8. (INSTITUTO AOCP - ASSESSOR (CM TERESINA)/ JURÍDICO LEGISLATIVO/2021)

Assinale a alternativa que apresenta os cinco requisitos dos atos administrativos.

- (A) Competência, finalidade, tipicidade, objeto e motivo.
- (B) Competência, agilidade, forma, finalidade e objeto.
- (C) Competência, moralidade, forma, motivo e objeto.
- (D) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (E) Competência, publicidade, finalidade, motivo e objeto.

9. (INSTITUTO AOCP - GUARDA MUNICIPAL (PREF NOVO HAMBURGO)/2020)

Para que o Ato administrativo produza efeitos jurídicos, é necessário conter seus requisitos de validade. Assinale a alternativa que apresenta os requisitos de validade do ato Administrativo.

- (A) Sujeito competente ou Competência; Forma; Finalidade; Motivo; Objeto ou conteúdo.
- (B) Sujeito competente; Formalidade; Tempestividade.
- (C) Legitimidade; Forma; Tempestividade; Singularidade.
- (D) Tempestividade; Singularidade; Informalidade; Necessidade.
- (E) Sujeito competente ou Competência; Informalidade; Necessidade; Motivo; Objeto ou conteúdo.

10. (INSTITUTO AOCP - OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO (PREF BETIM)/2020)

Assinale a alternativa que apresenta o conjunto de requisitos para a formação do ato administrativo, inclusive com relação à sua eficácia para produzir efeitos válidos.

- (A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (B) competência, finalidade, forma, motivo, imperatividade e presunção de legitimidade.
- (C) Competência, forma, motivo, objeto, autoexecutoriedade e procedimento administrativo.
- (D) Competência, finalidade, forma, motivo, objeto, mérito administrativo e procedimento administrativo.
- (E) Competência, finalidade, objeto, forma, presunção de legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.

11. (INSTITUTO AOCP - GUARDA MUNICIPAL (PREF NOVO HAMBURGO)/2020)

Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. Todavia, para o ato administrativo estar revestido de validade, é necessário qual dos seguintes atributos?

- (A) Atipicidade.
- (B) Poder de Polícia.
- (C) Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos.
- (D) Intempestividade.
- (E) Poder discricionário.

12. (INSTITUTO AOCP - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS (PREF BETIM)/2020)

São atributos do ato administrativo:

- (A) objeto e tipicidade.
- (B) competência e tipicidade.
- (C) competência e imperatividade.
- (D) forma e presunção de legitimidade.
- (E) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade

13. (INSTITUTO AOCP - AGENTE (ITEP RN)/TÉCNICO FORENSE/2021)

De acordo com a doutrina, os atos ordinatórios são

- (A) atos gerais e abstratos que geram obrigações a uma quantidade indeterminada de pessoas, dentro dos limites da lei.
- (B) decorrência do poder normativo de estado, editados para fiel execução das leis.
- (C) atos de ordenação e organização interna que decorrem do poder hierárquico.
- (D) atos administrativos que estabelecem opiniões e conclusões do ente estatal.
- (E) atos por meio dos quais a administração concede direitos pleiteados por particulares.

DIREITO PENAL MILITAR

1. (INSTITUTO AOC - OFICIAL (PM ES)/
COMBATENTE/2018 (E MAIS 1 CONCURSO))

No que concerne ao Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O lugar do crime, quanto aos crimes comissivos, é regido pela teoria da ubiquidade.
- (B) A suspensão condicional da pena se aplica, ainda que em tempo de guerra, ao crime de violência contra superior.
- (C) Com relação ao tempo do crime, o Código Penal Militar filiou-se à teoria do resultado.
- (D) Para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, desde que não sejam de propriedade privada.
- (E) Os crimes militares, em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão de competência da Justiça Militar da União.

2. (INSTITUTO AOC - SOLDADO (PM ES)/
COMBATENTE/2018 (E MAIS 2 CONCURSOS))

A respeito do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.
- (B) Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior podem ser consideradas em conjunto, aplicando-se de cada qual a parte mais prejudicial.
- (C) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da conduta.
- (D) A pena cumprida no estrangeiro, ainda que diversa, exclui a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.
- (E) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

3. (INSTITUTO AOC - SOLDADO (PM ES)/
COMBATENTE/2018 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Assinale a alternativa INCORRETA no que concerne ao Código Penal Militar.

- (A) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- (B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

(C) É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

(D) Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

(E) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

4. (INSTITUTO AOC - OFICIAL POLICIAL MILITAR
(PM SC)/2018)

O direito penal militar é um ramo especializado, cujo corpo de normas se volta à instituição de infrações penais militares, com as sanções pertinentes, voltadas a garantir os princípios basilares das Forças Armadas, constituídos pela hierarquia e pela disciplina. Quanto ao direito penal militar vigente no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito penal militar contempla o princípio constitucional da legalidade, qual seja, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- (B) Por se tratar de ramo peculiar do Direito, o direito penal militar não precisa guardar coerência com o direito constitucional vigente desde 1988.
- (C) O militar infrator pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- (D) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente.
- (E) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

5. (INSTITUTO AOC - OFICIAL POLICIAL MILITAR
(PM SC)/2018)

Considera-se crime militar, em tempo de paz,

- (A) o praticado por civil contra policial rodoviário federal.
- (B) o praticado por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração pública municipal.
- (C) o praticado por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- (D) o cometido em qualquer lugar, caso comprometa ou possa comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares.
- (E) o praticado em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

6.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

Na visão material (essência da infração, sob o ponto de vista da sociedade), constitui o crime toda a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena; na ótica formal (captada a essência pelo legislador, transformar-se em lei), é a conduta lesiva a bem juridicamente tutelado, merecedora de pena, devidamente prevista em lei. Sobre a teoria do crime militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
- (B) É culpado quem comete o crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.
- (C) Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime unicamente a título de culpa.
- (D) O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.
- (E) Entende-se em legítima defesa quem, usando desejosamente os meios necessários, repele justa ou injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

7.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

O TÍTULO II do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, – Código Penal Militar (CPM), trata sobre o CRIME, trazendo algumas concepções a respeito de erros. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, de acordo com o que o Código Penal Militar disciplina sobre erro em seu TÍTULO II.

- (A) No erro de fato, quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima, responde pelo crime na forma culposa.
- (B) No erro de direito, exclui-se a culpabilidade do agente, não lhe aplicando qualquer pena, quando este, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.
- (C) Se o erro deriva de culpa, a este título responde o agente apenas se o fato for também punível como crime doloso.
- (D) É isento de pena quem, por erro ou outro acidente na execução do crime, atinge bem jurídico diverso do visado.
- (E) Se o erro é provocado por terceiro, responderá este pelo crime, a título de dolo ou culpa, conforme o caso.

8.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

Segundo o Código Penal Militar, é considerado “militar”, para efeito de aplicação do direito penal militar, o

- (A) agente de segurança privada portador de arma de fogo.
- (B) militar reformado empregado na administração militar.
- (C) policial rodoviário federal.
- (D) membro do Ministério Público Militar.
- (E) Ministro de Estado da Defesa.

9.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

Sobre a disciplina das penas previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena de morte é executada por enforcamento ou fuzilamento.
- (B) O mínimo da pena de reclusão é de um mês, e o máximo de trinta anos.
- (C) Será contado como tempo de serviço, para qualquer efeito, o do cumprimento da pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- (D) A pena unificada não pode ultrapassar trinta anos, se é de reclusão ou se é de detenção.
- (E) Considera-se criminoso por tendência aquele que comete homicídio, tentativa de homicídio ou lesão corporal grave, e, pelos motivos determinantes e meios ou modo de execução, revela extraordinária torpeza, perversão ou malvadez.

10.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

São consideradas penas acessórias todas aquelas que são complementos da condenação principal. Seus efeitos são extrapenais, atingindo o âmbito administrativo, civil e político. Dentre as penas acessórias possíveis, são existentes, EXCETO

- (A) a extradição territorial.
- (B) a exclusão das Forças Armadas.
- (C) a suspensão dos direitos políticos.
- (D) a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela.
- (E) a incompatibilidade com o oficialato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

1.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

Acerca da lei de processo penal militar e sua aplicação, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos processos judiciais em curso, as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário prevalecerão sobre as normas do Código de Processo Penal Militar em caso de antinomia.
- (B) Admitir-se-á analogia contra legem na integração normativa, exceto quando cercear a defesa pessoal do acusado.
- (C) A lei de processo penal militar deve ser interpretada, preferencialmente, no sentido sociológico-teleológico de suas proposições vocabulares, porque é destinada a uma categoria social apartada.
- (D) O processo penal militar rege-se-á pelas normas contidas no Código de Processo Penal Militar apenas em tempo de guerra.
- (E) O Código de Processo Penal Militar declara como fonte do direito processual penal militar a jurisprudência das excelsas Cortes Superiores de Justiça.

2.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL (PM ES)/COMBATENTE/2018 (E MAIS 1 CONCURSO))

Segundo o Código de Processo Penal Militar, em relação às competências da polícia judiciária militar, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Prestar aos órgãos e juízes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar as diligências que por eles lhe forem requisitadas.
- () Cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.
- () Requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.
- () Apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- () Requisitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que estejam ou não a seu cargo.

- (A) V – F – V – V – F.
 (B) F – V – F – V – V.
 (C) V – V – F – F – V.
 (D) F – V – V – F – V.
 (E) V – V – V – V – F.

3.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

Sobre a polícia judiciária militar e o inquérito policial militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito é iniciado mediante portaria por decisão do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Compete à polícia judiciária militar apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- (C) Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que ela atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.
- (D) O inquérito é sigiloso, e seu encarregado não pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.
- (E) A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito qualquer que seja sua conclusão.

4.(INSTITUTO AOCP - SOLDADO (PM ES)/COMBATENTE/2018 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Referente ao Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições de polícia judiciária militar poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado ou, ainda, para oficiais inativos, desde que o interesse público justifique tal medida.
- (B) Se o indiciado é oficial da reserva ou reformado, prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.
- (C) Não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto ou inferior, desde que mais antigo.
- (D) O inquérito policial militar detém o caráter de instrução definitiva, uma vez que a sua finalidade é ministrar elementos necessários à propositura da correspondente ação penal.
- (E) Pode o inquérito policial militar ser iniciado mediante portaria em virtude de requisição do Ministério Público

5.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

Em se tratando das partes do processo, o que disciplina o Código de Processo Penal Militar em vigor?

- (A) O juiz não será dado por suspeito caso tiver dado parte oficial do crime.
- (B) O juiz poderá exercer jurisdição no processo em que, como auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu parente consanguíneo.

(C) A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz, ou de propósito der motivo para criá-la.

(D) Serão considerados inexistentes os atos praticados por juiz impedido apenas se implicarem em prejuízo à parte.

(E) Nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, salvo os foragidos.

6.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

“Foro” é a divisão territorial onde exercem a jurisdição um ou mais juízes ou tribunais; competência, por sua vez, trata-se da delimitação da jurisdição, ou seja, o espaço dentro do qual pode determinada autoridade judiciária aplicar o direito aos litígios que lhe forem apresentados, compondo-os. A respeito do foro militar e da competência para julgar ações penais militares, assinale a alternativa correta.

(A) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do ofendido.

(B) É vedada a separação de julgamentos ainda que algum dos acusados esteja foragido e não possa ser julgado à revelia.

(C) O foro militar especial não se estenderá aos civis nos crimes contra a segurança nacional ou contra as instituições militares.

(D) A competência será, de regra, determinada pelo lugar da infração; e, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

(E) A competência por prerrogativa do posto ou da função decorre da natureza da infração.

7.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

Sobre as medidas assecuratórias previstas no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

(A) Prescinde de mandado a busca domiciliar que não for realizada pela própria autoridade judiciária ou pela autoridade que presidir o inquérito.

(B) A revista independe de mandado quando feita na presença de testemunha civil.

(C) Os instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito, não poderão ser restituídos enquanto interessarem ao processo, mas o farão após o desinteresse.

(D) A autoridade militar não poderá requisitar da autoridade policial civil a realização da busca.

(E) Estão sujeitos a hipoteca legal os bens móveis do acusado, para satisfação do dano causado pela infração penal ao patrimônio sob administração militar.

8.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

O Código de Processo Penal Militar prevê prisões cautelares no curso do procedimento persecutório. A respeito delas, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Se, ao tomar conhecimento da comunicação da prisão executada em suposto flagrante delito, a autoridade judiciária verificar que a prisão não é legal, deverá relaxá-la no primeiro dia útil seguinte à ciência do evento.

(B) A prisão de militar deverá ser feita por outro militar de posto ou graduação superior; ou, se igual, mais antigo.

(C) As pessoas sujeitas a prisão provisória deverão ficar separadas das que estiverem definitivamente condenadas.

(D) A recaptura de indiciado ou acusado evadido independe de prévia ordem da autoridade, e poderá ser feita por qualquer pessoa.

(E) A prisão deve ser em local limpo e arejado, onde o detento possa repousar durante a noite, sendo proibido o seu recolhimento à masmorra, solitária ou cela onde não penetre a luz do dia.

9.(INSTITUTO AOCP - OFICIAL POLICIAL MILITAR (PM SC)/2018)

A prisão preventiva é uma medida cautelar de constrição à liberdade do indiciado ou réu, por razões de necessidade, respeitados os requisitos estabelecidos em lei, sem prazo determinado para sua revogação. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, a prisão preventiva pode ser decretada por autoridade contanto que fundada em determinados casos. Assinale a alternativa que apresenta apenas casos previstos na legislação.

(A) Segurança da aplicação da lei penal militar e garantia da ordem econômica.

(B) Periculosidade do indiciado ou acusado e segurança da aplicação da lei penal militar.

(C) Conveniência da instrução criminal e garantia da ordem econômica.

(D) Garantia da ordem pública e manutenção da moralidade social.

(E) Manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares e manutenção da moralidade social.